# O direito de não ter e não fazer - 28/02/2015

O renascimento e a modernidade impuseram uma noção de progresso baseada na  
evolução científica que, aliada ao capital, transforma a natureza humana em  
competitiva e liberal. É claro que o homem luta por sobrevivência e não  
deveria haver, instintivamente falando, objetivo maior de vida. Mas a  
competição arraigou-se ao padrão de vida: na base dos valores de nossa  
sociedade reside uma certa necessidade de universalização da participação e  
contribuição para o fazer. \_Eu não faço para mim, eu faço porque quero que o  
outro faça para mim.\_ Há aí um engajamento as avessas: só entro nesse barco se  
todos remarem. É um engajamento negativo, um engajamento de amarras fazendo  
com que a coletividade se volte para mim e não \*\*eu\*\* assumindo uma parte de  
determinada luta social.  
  
   
  
Nessa sociedade, não há espaço para o não fazer e, consequentemente para o não  
ter. Não se pode se por a margem, derivar daquele progresso que falamos: isso  
não é permitido. Por que não aceitamos que o outro não faça nada? Por que  
recriminar quem não trabalha? Tal pessoa, não teria direito? Porque \*\*eu\*\*  
trabalho, me empenho e sacrifico, o outro também deve fazê-lo sob pena de  
discriminação e criminalização.  
  
   
  
O ser humano socializado vive e trabalha, trabalha e vive. O senso de  
comunidade remete e força a participação. Mas há aí um sem fim de utilidade,  
um \_para quê\_ das coisas. Mas qual o porquê desse para quê? \*\*Eu só quero  
estar no mundo\*\* , eu quero olhar e refletir sobre o mundo, a natureza nos  
espera como companheira. Eu também devo me responsabilizar pelo outro e  
preciso de um sentido positivo para isso como noção de sociedade. Há algum  
tempo atrás a civilização tomou um caminho que parece sem volta. Por trás dele  
enxergamos um compromisso com um fazer que leva a algo que não temos uma ideia  
clara do que seja, mas acreditamos que seja o progresso. Esse senso de  
comunidade que lá se originou exige empenho de todos em prol de uma  
objetividade que se materializa no compromisso do fazer e do ter como virtude.  
Nesse contexto, a subjetividade fica esquecida porque fica mediada pelo  
comprometimento com o fazer. Mas podemos e devemos mudar de rota, e na nova  
direção pode existir espaço para um direito de não ter e não fazer.